

CONSEQUÊNCIAS DA PERDA DENTÁRIA E DA NÃO REABILITAÇÃO PROTÉTICA: IMPACTOS FUNCIONAIS, ESTÉTICOS E PSICOSSOCIAIS

AUTORES

Ana Jullia Leal Oliveira ASSUNÇÃO

Discente da União das Faculdades dos Grandes Lagos – UNILAGO

Tales Candido Garcia da SILVA

Suzanna dos Santos SILVA

Docente da União das Faculdades dos Grandes Lagos – UNILAGO

RESUMO

A perda dentária representa um relevante problema de saúde pública no Brasil, refletindo desigualdades sociais, limitações de acesso aos serviços odontológicos e deficiências nas políticas de reabilitação oral. Essa condição está associada a fatores como cárie dentária, doença periodontal e barreiras econômicas, afetando funções mastigatórias e fonéticas, a estética facial, a autoestima e o convívio social. Diante dessa realidade, o presente trabalho teve como objetivo analisar as consequências da perda dentária e da ausência de reabilitação protética, abordando seus impactos funcionais, estéticos e psicossociais. Trata-se de uma revisão de literatura, realizada a partir da análise de artigos científicos publicados entre 2005 e 2023, disponíveis em bases de dados como PubMed, Scopus, SciELO e Google Acadêmico, utilizando descritores relacionados à perda dentária, qualidade de vida e reabilitação oral. Os estudos revisados evidenciam que a não reposição dos dentes agrava prejuízos fisiológicos e emocionais, reduzindo a qualidade de vida e acentuando desigualdades sociais. Conclui-se que a reabilitação protética, seja por meio de próteses removíveis, fixas ou implantes, é essencial para restaurar a função oral, a estética e a dignidade do indivíduo. Contudo, persistem desafios relacionados ao acesso e à equidade no atendimento público, reforçando a necessidade de políticas de saúde bucal integradas, preventivas e reabilitadoras.

PALAVRAS - CHAVE

Perda dentária; reabilitação protética; impactos funcionais, estéticos e psicossociais.

1. INTRODUÇÃO

Apesar dos avanços no amplo acesso às informações, na prevenção, e tratamento odontológico, ainda é uma preocupação significativa a perda de dentes no âmbito da saúde pública. A prevalência dessa condição, especialmente entre adultos e idosos, reflete não apenas falhas no cuidado individual com a saúde bucal, mas também questões estruturais do sistema de saúde e determinantes sociais que influenciam o acesso e a adesão aos tratamentos odontológicos. No Brasil, apesar da expansão dos serviços odontológicos por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), ainda há desigualdades expressivas no cuidado bucal, resultando em índices elevados de edentulismo e comprometimento funcional entre populações vulneráveis (GARCIA et al., 2008).

A perda de dentes é definida como a ausência total ou parcial de elementos dentários naturais, podendo ocorrer por cáries, doenças periodontais, traumas, ou mesmo por decisões clínicas e pessoais baseadas em crenças culturais e barreiras de acesso ao tratamento. Essa condição compromete não apenas as funções básicas como a mastigação e a fonação, mas também impacta diretamente a estética facial e a autoestima dos indivíduos (BATISTA et al., 2015).

Estudos mostram que muitos pacientes relatam sentimentos de vergonha, isolamento social e perda de confiança após a extração dentária, o que evidencia a importância de compreender a perda dentária sob uma perspectiva biopsicossocial (OLIVEIRA et al., 2020). A perda dentária representa um problema de grande relevância clínica e social, cujas repercussões ultrapassam o sistema estomatognático e afetam diretamente a saúde geral, o bem-estar psicológico e a qualidade de vida do indivíduo.

A ausência de elementos dentários pode provocar movimentações indesejadas, extrusões, migrações e colapsos oclusais, favorecendo o aparecimento de disfunções articulares e distúrbios temporomandibulares (JORGE et al., 2009). Além disso, a perda do suporte ósseo alveolar é uma consequência inevitável, resultando em reabsorção progressiva das áreas desdentadas. Com o tempo, essas alterações comprometem a morfologia facial, reduzem o terço inferior da face e causam colapso labial, impactando a estética e acelerando o processo de envelhecimento facial (LOPES et al., 2021).

Diante da ausência dentária, a reabilitação protética surge como um dos principais recursos terapêuticos para restaurar a função oral e a estética do sorriso. As alternativas variam desde próteses totais removíveis até implantes osseointegrados, e a escolha do tratamento depende de fatores como condições anatômicas, capacidade financeira do paciente e disponibilidade de serviços especializados (TAVARES, COSTA-BEZERRA, LIMA-SANTANA, 2024). No entanto, embora as próteses removíveis sejam amplamente oferecidas no sistema público, muitos usuários relatam desconforto, instabilidade e insatisfação com esses dispositivos, o que pode comprometer a adesão ao uso e a qualidade de vida esperada com a reabilitação (SILVA, MAGALHÃES, FERREIRA, 2010).

Por outro lado, os implantes dentários representam uma alternativa moderna e funcionalmente superior, oferecendo maior estabilidade, conforto e estética. Apesar disso, o alto custo desse tratamento ainda representa uma barreira significativa, principalmente entre usuários do SUS. Além disso, a indicação de implantes exige critérios clínicos rigorosos, incluindo a análise de saúde sistêmica e óssea do paciente. Portanto, é necessário equilibrar o avanço tecnológico com políticas públicas que promovam o acesso equitativo a tratamentos reabilitadores de qualidade, considerando as reais necessidades e condições da população brasileira (BATISTA et al., 2015).

Diante desse panorama, este trabalho teve como objetivo discutir as consequências da perda dentária e da não reabilitação protética, com foco nos impactos funcionais, estéticos e psicossociais. Através da revisão de

literatura científica e da análise crítica das diferentes abordagens reabilitadoras, busca-se compreender a complexidade do problema e ressaltar a importância de estratégias integradas de prevenção, tratamento e reabilitação no contexto da saúde pública brasileira. A abordagem adotada neste estudo pretende contribuir para a valorização da saúde bucal como parte essencial do bem-estar geral e da inclusão social dos indivíduos.

2. METODOLOGIA

O presente estudo foi conduzido por meio de uma revisão de literatura narrativa, com o objetivo de analisar a relação entre a perda dentária, seus efeitos na qualidade de vida dos indivíduos e as principais alternativas de reabilitação disponíveis, com ênfase no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). A busca bibliográfica foi realizada em bases de dados científicas amplamente reconhecidas, como PubMed, Scopus, SciELO e Google Acadêmico, selecionando-se artigos científicos, dissertações, teses e revisões publicadas entre 2005 e 2023, de forma a garantir a atualidade e a relevância das informações. A estratégia de busca utilizou os descritores: “perda dentária”, “prótese dentária”, “qualidade de vida”, “saúde bucal”, “impacto psicossocial” e “acessibilidade aos serviços de saúde”.

3. REVISÃO DE LITERATURA

A perda dentária continua sendo uma realidade importante no contexto da saúde bucal pública brasileira, apesar dos avanços obtidos nas últimas décadas com a ampliação do acesso aos serviços odontológicos, programas preventivos e campanhas educativas. Diversos estudos mostram que as principais causas associadas à perda de dentes estão relacionadas a processos cariosos avançados, doenças periodontais, traumas dentários e, muitas vezes, decisões clínicas baseadas em limitações econômicas ou estruturais dos serviços de saúde (SILVA et al., 2024).

As doenças bucais constituem um problema de saúde pública e as perdas dentárias são suas principais sequelas, ocasionadas tanto pela falta de acesso à assistência odontológica que não seja mutiladora, quanto pelo sobretratamento caracterizado pelo ciclo restaurador repetitivo. A perda dentária severa está entre as cem doenças que mais agravam a saúde da população mundial, esta condição causa impacto na qualidade de vida tanto em relação ao número de dentes perdidos quanto em relação à posição que ocupam na arcada dentária (BATISTA et al., 2015).

Em muitas regiões, principalmente nas populações mais vulneráveis, a extração dentária ainda é utilizada como tratamento de escolha em detrimento de procedimentos restauradores ou reabilitadores, devido ao custo reduzido e à disponibilidade de atendimento (SOUZA et al., 2016). Além disso, fatores sociais e culturais influenciam na procura tardia por tratamento, favorecendo a evolução de doenças bucais para estágios irreversíveis e culminando na perda dentária (MARTINS et al., 2018).

Mesmo perdas isoladas podem comprometer o equilíbrio oclusal, alterar a harmonia mastigatória e romper a integridade do arco dental, favorecendo migrações, inclinações e extrusões dos dentes remanescentes (LOPES et al., 2021; PEREIRA et al., 2019). Essas alterações biomecânicas interferem na distribuição das forças mastigatórias, podendo gerar reabsorção óssea localizada, desequilíbrios musculares e modificações na posição mandibular que afetam o funcionamento das articulações temporomandibulares (GONÇALVES et al., 2020).

Dessa forma, a perda dentária deve ser compreendida não apenas como uma falha estética, mas como uma amputação parcial do sistema estomatognático, capaz de desencadear um processo contínuo de desarmonia funcional e estrutural, o que reforça a importância da reabilitação precoce e planejada (SILVA et al., 2010).

Embora muitas pesquisas considerem a dentição funcional apenas quando restam vinte dentes ou mais, conforme critérios estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde e adotados em estudos epidemiológicos nacionais, essa classificação não traduz de forma adequada o impacto real da perda dentária. Mesmo a ausência de um único elemento pode desencadear alterações expressivas no sistema estomatognático, comprometendo o equilíbrio oclusal e a harmonia mastigatória (SILVA, OLIVEIRA, TELES, 2015).

A saúde bucal seja declaradamente reconhecida como importante, uma considerável fração da população ainda não possui acesso aos serviços essenciais. O Sistema Único de Saúde (SUS) ainda apresenta dificuldades para o atendimento da população que necessita de assistência odontológica, sendo essa uma das principais causas que levam a perda precoce da estrutura dentária. A ausência do elemento dentário, além de provocar alterações morfológicas e funcionais, causam dor e desconforto psicológico, gerando impactos negativos na qualidade de vida que afetam a autoestima dos pacientes (OLIVEIRA et al. 2020).

A extração de um dente rompe a integridade do arco dental, provocando migrações e inclinações dentárias, extrusões dos antagonistas e sobrecargas nos dentes remanescentes (PEREIRA et al., 2019; LOPES et al., 2021). Além disso, essa perda, ainda que isolada, modifica o padrão de forças distribuídas durante a mastigação e pode ocasionar reabsorção óssea localizada, alterações na posição mandibular e desequilíbrios musculares que, a longo prazo, repercutem na função mastigatória e na saúde das articulações temporomandibulares (GONÇALVES et al., 2020).

A perda dentária deve ser compreendida como uma espécie de amputação parcial — um evento que desencadeia um processo progressivo de desarmonia funcional e estrutural na cavidade oral, justificando a necessidade de reabilitação imediata e planejada para restabelecer a função e prevenir agravos futuros (SILVA et al., 2010).

Além dos fatores biológicos, os determinantes sociais da saúde exercem papel fundamental na ocorrência da perda dentária. A literatura aponta que indivíduos com menor escolaridade, renda reduzida e limitado acesso aos serviços odontológicos apresentam maior prevalência de edentulismo. Essas desigualdades estruturais refletem não apenas a disponibilidade de recursos, mas também o conhecimento e a valorização da saúde bucal. Em muitos casos, o cuidado odontológico é visto como algo secundário, procurado apenas em situações de dor, o que contribui para o agravamento das doenças bucais e, conseqüentemente, para o aumento das extrações. Portanto, a perda dentária deve ser compreendida dentro de um contexto multidimensional, em que fatores biológicos, econômicos, culturais e comportamentais se inter-relacionam (SILVA OLIVEIRA, TELES, 2015).

As conseqüências da perda dentária são amplas e afetam não apenas o sistema estomatognático, mas também a saúde geral e o bem-estar psicológico e social. A ausência de elementos dentários provoca movimentações indesejadas, extrusões, migrações e colapsos oclusais, podendo acarretar problemas articulares e distúrbios temporomandibulares (JORGE et al., 2009).

A baixa autoestima dificulta o relacionamento das pessoas com a sociedade, principalmente com aqueles ao seu redor. De forma que ao vivenciarem relações afetivas mais íntimas, essas tendem a queixar-se e a cobrar afeto, consideração e respeito, como se as pessoas a sua volta não as valorizassem, tendendo a afastá-las (OLIVEIRA et al., 2020).

Essa instabilidade na arcada dentária compromete a harmonia oclusal e pode levar ao desenvolvimento de hábitos compensatórios de mastigação e fala. Além disso, a perda de suporte ósseo alveolar é uma conseqüência

inevitável da ausência dentária. Com o tempo, ocorre reabsorção óssea progressiva, especialmente em áreas desdentadas, o que altera a morfologia facial, provoca colapso labial e reduz o terço inferior da face, afetando diretamente a estética e o envelhecimento facial (LOPES et al., 2021).

Outro aspecto amplamente documentado diz respeito ao impacto nutricional. A eficiência mastigatória reduzida leva o indivíduo a adaptar sua dieta a alimentos mais moles e de fácil deglutição, comprometendo a ingestão adequada de proteínas, vitaminas e minerais essenciais. Essa limitação alimentar pode contribuir para deficiências nutricionais, perda de massa muscular e maior predisposição a doenças metabólicas e cardiovasculares (DAL MORO et al., 2025).

Do ponto de vista psicológico e social, as repercussões da perda dentária são igualmente expressivas. A ausência de dentes afeta a estética facial e a harmonia do sorriso, comprometendo a autoimagem e a forma como o indivíduo se percebe e é percebido pela sociedade (BARRETO et al., 2019). Diversos estudos mostram que pacientes desdentados relatam sentimentos de vergonha, insegurança, retraimento social e dificuldades de inserção em ambientes de convívio, especialmente por associarem a ausência dentária a estigmas de envelhecimento, desleixo ou vulnerabilidade social (SILVA, TORRES, SOUSA, 2012).

O instrumento OHIP-14, amplamente utilizado para mensurar o impacto da saúde bucal na qualidade de vida, indica altos escores de desconforto psicológico e incapacidade emocional entre indivíduos com perda dentária (SOUZA et al., 2018).

Diante desse cenário, a reabilitação protética surge como uma ferramenta essencial para restaurar a função mastigatória, melhorar a estética e promover o bem-estar psicossocial. As opções de tratamento são diversas e devem ser indicadas conforme as necessidades clínicas, condições anatômicas e possibilidades financeiras do paciente. A prótese total removível é uma das alternativas mais tradicionais e amplamente oferecidas no Sistema Único de Saúde (SUS), sendo indicada principalmente para pacientes edêntulos totais. Apesar de representar uma solução acessível, seu uso prolongado sem manutenção pode gerar desconfortos, instabilidade e até mesmo lesões em tecidos de suporte, reduzindo a satisfação e a qualidade de vida (MARTINS et al., 2018; MEDEIROS & ALMEIDA, 2018).

A prótese parcial removível, por sua vez, oferece bons resultados funcionais e estéticos a um custo reduzido, sendo uma alternativa viável para pacientes parcialmente edêntulos. Já as próteses fixas, convencionais ou sobre implantes, apresentam vantagens em termos de conforto, estabilidade e aparência natural, embora exijam maior investimento e infraestrutura clínica adequada (KUROSAKI et al., 2021).

O avanço tecnológico dos implantes osseointegrados tem revolucionado a odontologia reabilitadora, proporcionando resultados duradouros e de alta previsibilidade. Entretanto, os custos elevados e a desigualdade na distribuição de serviços especializados ainda limitam o acesso a esse tipo de tratamento, especialmente entre os usuários do SUS (VASCONCELOS, 2022).

A ausência de reabilitação após a perda dentária agrava ainda mais os impactos mencionados. Sem a reposição dos dentes, ocorre progressiva perda óssea alveolar, redução da dimensão vertical de oclusão e comprometimento funcional e estético (SOUZA et al., 2018). O indivíduo passa a enfrentar dificuldades mastigatórias e fonéticas, além de apresentar maior risco de distúrbios digestivos decorrentes de uma alimentação inadequada. Paralelamente, a autoestima e o convívio social tendem a piorar, ampliando os efeitos psicossociais negativos e contribuindo para o isolamento e até quadros depressivos (BARRETO et al., 2019; ANDRADE et al., 2022).

Por fim, diversos autores reforçam a necessidade de políticas públicas eficazes de reabilitação oral, com ampliação do acesso a tecnologias modernas e de qualidade. Programas de confecção e substituição periódica de

próteses, capacitação de profissionais e integração entre ações preventivas e reabilitadoras podem contribuir para reduzir o impacto do edentulismo no país (SILVA, OLIVEIRA, LELES, 2015).

4. CONCLUSÃO

A perda dentária representa um importante problema de saúde pública no Brasil, refletindo desigualdades socioeconômicas e deficiências no acesso aos serviços odontológicos, especialmente entre populações em situação de vulnerabilidade. Suas consequências ultrapassam os limites da cavidade oral, interferindo diretamente nas funções mastigatórias, fonéticas e estéticas, além de exercer influência significativa sobre a nutrição, a autoestima e o bem-estar psicossocial dos indivíduos. Trata-se, portanto, de uma condição que afeta a saúde geral e a qualidade de vida, demandando uma abordagem integral e interdisciplinar.

A ausência de reabilitação protética potencializa os impactos negativos da perda dentária, perpetuando o comprometimento funcional e emocional. A falta de reposição adequada dos dentes naturais favorece a reabsorção óssea, o desequilíbrio oclusal e as limitações alimentares, repercutindo até mesmo na saúde sistêmica. Além disso, o indivíduo desdentado frequentemente vivencia sentimentos de vergonha, isolamento social e inferioridade estética, o que reforça a importância da reabilitação oral não apenas como tratamento funcional, mas também como instrumento de reintegração social e valorização da autoestima.

Dessa forma, a reabilitação protética seja por meio de próteses removíveis, fixas ou implantes constitui um recurso essencial para restaurar a função, a estética e a dignidade humana. Contudo, sua efetivação ainda encontra barreiras econômicas, estruturais e regionais, que limitam o acesso aos tratamentos mais modernos e eficazes. O fortalecimento de políticas públicas de saúde bucal deve contemplar a ampliação da oferta de serviços reabilitadores de qualidade, a capacitação de profissionais e a integração entre ações preventivas, curativas e reabilitadoras, de modo a garantir equidade no cuidado odontológico.

Além disso, é imprescindível promover a educação em saúde bucal como ferramenta de conscientização e empoderamento da população, incentivando hábitos preventivos e a busca precoce por tratamento. Somente por meio de estratégias integradas e sustentáveis será possível reduzir o impacto do edentulismo, melhorar a qualidade de vida da população e consolidar uma odontologia verdadeiramente humanizada.

Por fim, ao compreender a perda dentária sob uma perspectiva biopsicossocial, este trabalho evidencia que a saúde bucal é um componente indissociável da saúde geral e da dignidade humana. Investir em prevenção e reabilitação não significa apenas restaurar dentes, mas reconstruir sorrisos, funções e vidas, reafirmando o papel essencial da odontologia na promoção do bem-estar individual e coletivo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, B. V.; CARVALHO, F. S.; CARVALHO, C. A. P. Perda dentária e suas consequências psicossociais em adultos e idosos. **Revista Ciência Plural**, v. 8, n. 3, e29207, 2022.

BARRETO, M. A. S. *et al.* Impacto da perda dentária na autoestima e bem-estar psicossocial. *Revista de Odontologia da UNESP*, v. 48, n. 2, p. 95–101, 2019. BATISTA, M. J. *et al.* Classificação das perdas dentárias: fatores associados a uma nova medida em uma população de adultos. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 20, n.9, 2015.

DAL MORO, P. *et al.* Relação entre perda dentária e declínio cognitivo, alterações metabólicas e cardiovasculares em pessoas adultas e idosas. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 25, n. 6, 2025.

GARCIA, R. I. et al. Tooth loss and dental caries in older adults. **Journal of Dental Research**, v. 87, n. 7, p. 603–608, 2008.

GONÇALVES, T. M. S. *et al.* Influence of tooth loss on the temporomandibular joint and masticatory muscles: a clinical and imaging perspective. **Journal of Oral Rehabilitation**, v. 47, n. 10, p. 1236–1244, 2020.

JORGE, T. M. et al. Relação entre perdas dentárias e queixas de mastigação, deglutição e fala em indivíduos adultos. **Revista CEFAC**, v. 11, supl. 3, p. 391–397, 2009.

KUROSAKI, Y. et al. Six-year follow-up assessment of prosthesis survival and oral health-related quality of life in individuals with partial edentulism treated with three types of prosthodontic rehabilitation. **Journal of Prosthodontic Research**, v. 65, p. 332–339, 2021.

LOPES, É. N. R. et al. Prejuízos fisiológicos causados pela perda dentária e relação dos aspectos nutricionais na Odontogeriatrics. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 1, e45810111730, 2021.

MARTINS, A. M. E. B. L. *et al.* Factors associated with prosthesis need and use among older adults. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 21, supl. 2, p. 1–15, 2018.

MEDEIROS, R. A.; ALMEIDA, M. L. V. Qualidade de vida em pacientes reabilitados com próteses parciais removíveis: revisão de literatura. **Revista Odontológica de Araçatuba**, v. 39, n. 3, p. 9–12, 2018.

OLIVEIRA, M. M. S. et al. Aspectos psicossociais relacionados ao paciente desdentado: Uma revisão da literatura, **Revista Eletrônica Acervo Odontológico**, v.1, e2477, 2020.

PEREIRA, A. L. S.; SANTOS, J. N.; CARVALHO, C. A. P. Consequências biomecânicas da perda dentária: revisão de literatura. **Revista Odontológica de Araçatuba**, v. 40, n. 3, p. 25–31, 2019.

SILVA, E. A.; TÔRRES, L. H. N.; SOUSA, M. L. R. Tooth loss and impact on quality of life in adult users of two Basic Health Units. **Revista de Odontologia da UNESP**, v. 41, n. 3, p. 177–184, 2012.

SILVA, E. T.; OLIVEIRA, R. T.; LELES, C. R. O edentulismo no Brasil: epidemiologia, rede assistencial e produção de próteses pelo SUS. **Tempus – Actas de Saúde Coletiva**, v. 9, n. 3, p. 121–134, 2015.

SILVA, J. S. et al. Perda dentária sob influência dos determinantes sociais de saúde na adolescência: revisão integrativa. **Revista Diálogos & Ciência**, v. 3, n. 2, p. 220–235, 2024.

SILVA, M. E. S.; MAGALHÃES, C. S.; FERREIRA, E. F. Perda dentária e expectativa da reposição protética: estudo qualitativo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 3, p. 813–820, 2010.

SILVA, M. E. S.; VILLAÇA, Ê. L.; MAGALHÃES, C. S.; FERREIRA, E. F. Impacto da perda dentária na qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 3, p. 841–850, 2010.

SOUZA, J. G. S. *et al.* Perda dentária e impacto na qualidade de vida de adultos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 9, p. 309–316, 2016.

SOUZA, J. G. S. *et al.* Oral health–related quality of life and missing teeth among adults. **International Dental Journal**, v. 68, n. 2, p. 106–112, 2018.

TAVARES, P. B. V.; COSTA-BEZERRA, A. A.; LIMA-SANTANA, I. Impacto da perda dentária e necessidade protética na qualidade de vida. **Revista HUUFMA**, v. 29, n. 1, p. 45–52, 2024.

VASCONCELOS, C. S. **Discussão sobre políticas públicas relacionadas ao edentulismo**. Especialização – Universidade Federal de Santa Maria, 2022.